



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº _____, DE 2013

(Da Deputada Nilda Gondim)

Requer que a Comissão de Seguridade Social e Família efetue fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para investigar a aplicação dos recursos federais repassados ao governo do Estado do Amapá, mediante o Contrato 008/2010 O.E.S.Nº 017/2010/CIPP/SEJUSP, destinados à construção de prédio a abrigar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher e à Família no Município de Santana.

Senhor Presidente,

Com base na última parte do § 1º do artigo 100, no inciso X do artigo 24, artigo 60, no §1º do art. 61, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do inciso IV do artigo 71 da Constituição da República, requeiro, ouvido o Plenário desta Comissão, adoção de medidas necessárias para a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de fiscalização e controle da aplicação dos recursos federais repassados governo do Estado do Amapá, mediante o Contrato 008/2010 O.E.S.Nº 017/2010/CIPP/SEJUSP, destinados à construção de prédio a abrigar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher e à Família no Município de Santana.

JUSTIFICAÇÃO

A Subcomissão Especial para debater o tema da violência contra a mulher, que tenho a honra de presidir, esteve em missão oficial ao Amapá nos dias 08 e 09 de agosto de 2013. Na oportunidade a comitiva visitou construção aparentemente acabada, mas em estado de abandono, com a vegetação quase tão alta quanto o próprio prédio. A edificação seria destinada a abrigar o Centro de Atendimento à Mulher e à Família no Município de Santana (CAMUF-Santana). O CAMUF é uma experiência exitosa criada no Amapá, que visa a interromper o ciclo de violência contra a mulher ao prestar atendimento psicossocial não apenas à vítima, mas também ao agressor e à família.

Segundo informações prestadas por agentes públicos estaduais, haveria verba prevista para a conclusão da obra. Mas, segundo relatos, o empreendimento, que deveria estar concluído, foi integralmente pago, sem que nele estejam instaladas redes hidráulica e elétrica. Relatório de Visita Institucional do Ministério Público do Amapá dá conta que as verbas teriam sido repassadas ao Governo do Amapá mediante o Contrato 008/2010 O.E.S.Nº 017/2010/CIPP/SEJUSP.

Desta forma, peço apoio dos nobres colegas para a aprovação desta proposta.

Sala da Comissão, de agosto de 2013.

NILDA GONDIM

Deputada Federal